

ANEXO V – EDITAL 08/2017
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS
CONSOLIDADO ATE ERRATA 01
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO
CISDESTE

NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR DE FARMÁCIA, CONDUTOR
SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

REFERÊNCIAS

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

INFORMÁTICA

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7.

REFERÊNCIAS

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
4. Ajuda online do Microsoft Word 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.
4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR DE FARMÁCIA, CONDUTOR SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM

NORMAS DO SAMU

- ❖ Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em:

- <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
 - MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

SAÚDE PÚBLICA

- ❖ Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Sistemas de informação em saúde.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FUNÇÃO - AUXILIAR DE FARMÁCIA

- ❖ Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.
- ❖ Gestão de estoque.
- ❖ Parâmetros de identificação dos medicamentos para o controle de estoque.
- ❖ Armazenamento de medicamentos e correlatos - exigências legais, normas técnicas e funcionais.
- ❖ Sistemas de dispensação de medicamentos.
- ❖ Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
- ❖ Erros de Medicação.
- ❖ Medicamentos potencialmente perigosos.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-63-de-25-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
3. GOMES M. J. V. M.; REIS A. M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. Editora Atheneu, 2006.
4. KATZUNG, B. G.; TREVOR, A. J. Farmacologia básica e clínica. 12. ed. McGraw-Hill, 2017.
5. SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica, 2013.

FUNÇÃO - CONDUTOR SOCORRISTA

- ❖ Legislação de Trânsito
- ❖ Direção Defensiva
- ❖ Sinalização de Trânsito
- ❖ Regras de Circulação e Conduta em veículos
- ❖ Mecânica e manutenção preventiva de veículos
- ❖ Procedimentos de atendimento de vítimas em pista de rolamento
- ❖ Movimentação de vítimas.
- ❖ Primeiros Socorros.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005. Disponível em: <http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran_manual_de_direcao_defensiva_maio_2005>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Manual de Sinalização do DENATRAN. Volumes I, II, III, IV, V, VI (2007). Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, de Sinalização e da Via. Gestão 2004/2005.
4. INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES I. P. – IMTT. Manual de Situações de Emergência e Primeiros Socorros. Lisboa: IMTT, 2010. Disponível em: <http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/TransportesRodoviaros/Documents/Manuais%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Inicial%20Motoristas/Manual_Emergencia_Primeiros_Socorros_FIC.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. KITT ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU; Ética e Humanização no Atendimento Pré-Hospitalar; Avaliação de cena e abordagem da vítima. In: Curso de atendimento em emergência pré-hospitalar móvel. 2010. p. 10-18; p. 35-47; p. 71-87. Apostila de Primeiros Socorros. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/criisdiiias/apostila-de-primeiros-socorros>>. Acesso em: 29 maio 2017.

6. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIAS – NEU. Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal. Curso de Urgências e Emergências. Brasília: NEU, 2012. Disponível em: <http://samu192df.com.br/samu/editais/apostila_samu_CONDUTOR.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FUNÇÃO - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- ❖ Avaliação e atendimento de vítimas em situação de urgência/emergência clínica ou traumática e psiquiátrica.
- ❖ Fundamentação básica de enfermagem: prevenção e controle de infecções, sinais vitais, administração de medicamentos, curativos, técnicas de imobilização e enfaixamento de extremidades, técnicas de esterilização. Conhecimento de ética e legislação profissional.
- ❖ Assistência à saúde da mulher e criança.
- ❖ Enfermagem em saúde pública.
- ❖ Enfermagem médico-cirúrgica.
- ❖ Assistência de enfermagem ao adulto e ao idoso.
- ❖ Sistema Único de Saúde.
- ❖ Legislação do SUS - Sistema Único de Saúde.
- ❖ PHTLS básico.
- ❖ Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico de Vida (SBV) 2016.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jun. 1986.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
4. BRASIL. Minas Gerais. Legislação Estadual. Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências. Texto atualizado. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Lei_11802.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
6. BRASIL. Política Nacional de Humanização. Brasília: DF. 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.
7. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução nº 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

8. GUIDELINES 2015. *American Hearth Association*. CPR e ECC. Disponível em: <<https://ecguidelines.hearth.org>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
9. MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP. Guia curricular: módulo III: participando do cuidado de enfermagem a partir do processo saúde doença, atuando na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico. Unidade 3: cuidados de enfermagem na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico em situações de urgência e emergência. Guia do docente. Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/site-guia-de-enfermagem-Unidade-III-docente.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
10. MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP. Guia curricular: módulo III: participando do cuidado de enfermagem a partir do processo saúde doença, atuando na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico. Unidade 3: cuidados de enfermagem na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico em situações de urgência e emergência. Guia do aluno. Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/site-guia-de-enfermagem-Unidede-III-aluno.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
11. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Suporte Básico de Vida. Serviço de Atendimento Móvel de urgência – SAMU. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/26/livro-basico-2016.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
12. MUSSI, N.M. *et al.* Técnicas Fundamentais de Enfermagem. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ateneu, 1996.
13. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Madical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA E OPERADOR DE FROTA

LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

REFERÊNCIAS

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

NORMAS DO SAMU

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

SAÚDE PÚBLICA

- ❖ Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Organização da Urgência e emergência.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
4. BRASIL. Minas Gerais. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/portaria_2048_B.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.
6. MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA E OPERADOR DE FROTA

INFORMÁTICA

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Ferramentas e aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

REFERÊNCIAS

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
6. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
7. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
8. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática, 2011.
2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.
4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

FUNÇÃO - AUXILIAR DE REGULACÃO MÉDICA

- ❖ Comunicação e relações interpessoais
- ❖ Psicologia das urgências e emergências
- ❖ Psicologia e emoções
- ❖ Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo.
- ❖ Trabalho em equipe
- ❖ Processo Grupais

REFERÊNCIAS

1. GIGLIO-JACQUEMOT, A. Urgências e Emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
2. FRANÇA, A. C. L. Stress e Trabalho: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2005.
3. MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2000.
4. RODRIGUES, A. A Psicologia social para principiantes: estudo da interação humana. Petrópolis: Vozes, 2011.
5. CAMARGO, J. A. de; MAGALHÃES, N. Não é coisa da sua cabeça: o que você precisa saber sobre ansiedade, depressão e outros. Brasil: Editora Gutenberg, 2012.

FUNÇÃO - OPERADOR DE FROTA

- ❖ Política Nacional de Atenção às Urgência.
- ❖ A rede de atenção às urgências em Minas Gerais.
- ❖ Meios de transmissão e utilização do sistema de radiocomunicação – código “Q”; Códigos reconhecidos pelo Ministério de Ciências, tecnologia, Inovação e Comunicação no uso da linguagem de radiocomunicação; Legislação de rádio comunicação em geral e em emergências.
- ❖ Noções da malha viária e vias de acesso territorial: utilização de ferramentas digitais de localização geográfica; GPS e/ou mapas impressos.
- ❖ Ética profissional no uso da linguagem de radiocomunicação.

REFERÊNCIAS

1. Apêndice 9 e Apêndice 11 da Norma 31/94. Disponível em: <http://pp6pp.com.br/Norma31_94.pdf>. Acesso em: 03 maio 2017.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2048, de 05 de setembro de 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 03 maio 2017.
3. DEVOLDERE, J.; DEMEULENEERE, M. Ética e procedimentos operacionais para radio amador. 3. ed. Junho de 2009. Disponível em: <http://www.radioamadores.net/files/etica_operacional_v3.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.
4. Mapa Viário da Macro Sudeste de MG. Disponível em: <<http://ibgpconcursos.com.br>>.
5. Plano Diretor de Urgência e Emergência da Macro Sudeste. Disponível em: <<http://ibgpconcursos.com.br>>.

CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO, MECÂNICO, MOTORISTA E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

REFERÊNCIAS

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

NORMAS DO SAMU

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ❖ Organização e Estrutura do Estado, Governo e Administração.
- ❖ Conceito: Estado, Governo e Administração Pública.
- ❖ O Estado de Bem-Estar Social.
- ❖ Características da Administração Pública.
- ❖ Princípios aplicáveis a Administração Pública.
- ❖ Organização da Administração Pública Brasileira.
- ❖ Transparência e a Lei de Acesso à Informação.
- ❖ Qualidade na Administração Pública.
- ❖ Excelência nos Serviços Públicos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.
2. BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. CRETELLA JR., J. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
4. GRANJEIRO, J. W. Administração Pública. Brasília: VESTCON, 2003.
5. LIMA, P. D. B. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

6. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
7. SOUZA, H. M. Critérios de Excelência em Modelos de Gestão de Qualidade em serviços públicos: uma análise comparativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO, MECÂNICO, MOTORISTA E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

INFORMÁTICA

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Ferramentas e aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

REFERÊNCIAS

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
6. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
7. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
8. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.

4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

FUNÇÃO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- ❖ Noções de arquivo.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.
- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.
- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Formulários.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Manuais de organização.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos.
- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais
- ❖ Noções sobre a Constituição da república federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Almoarifado e gestão de estoques

REFERÊNCIAS

1. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
3. GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
4. JAMESON, S. H. Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.
5. MIRANDA, P. Administração de escritório na prática. Rio de Janeiro: Forum Editora Ltda., 1972.
6. PAOLESCHI, B. Almoarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
7. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FUNÇÃO - MECÂNICO

- ❖ Motor automotivo: bloco, cabeçote, câmaras de explosão, coletor, comando de válvulas, eixo virabrequim, força motriz, mancais e válvula EGR.
- ❖ Motor diesel: funcionamento e principais componentes.
- ❖ Sistema de alimentação: atuadores, bico injetor, bomba de combustível, carburação, conector de diagnóstico, difusor, injeção eletrônica, módulo de injeção, regulador de pressão, sensores, tanque e turbo.
- ❖ Sistema de amortecimento: amortecedores, barras, molas, trapézio articulado e outros sistemas de amortecimento.

- ❖ Sistema de arrefecimento: direto e indireto, aditivos, bomba d'água, cano de descarga, catalizador, coletores, escapamento, radiador, silencioso, válvula PCV e válvula termostática.
- ❖ Sistema de direção: elétrica, hidráulica e mecânica, alinhamento, balanceamento e cambagem, articulações, barras, braços, tirantes, caixa de direção, colunas, cremalheira e pinhão.
- ❖ Sistema de freios: ABS, hidráulico e mecânico, disco e tambor, fluídos, hidrovácuo, pinça, tambor e demais componentes. Sistema de ignição.
- ❖ Sistema de lubrificação: bomba de óleo, filtros e tipos de óleos.
- ❖ Sistema de transmissão: 2x4 e 4x4, caixa de câmbio, diferencial, eixo cardan, embreagem, homossinética e volante.
- ❖ Sistema elétrico: alternador, bateria, bobina, chicote, dínamo, distribuidor, luzes, motor de arranque e velas.
- ❖ Outros componentes mecânicos e indicadores: correias, cubos, painel, pneus e rodas.

REFERÊNCIAS

1. COSTA, P. G. A Bíblia do Carro. Disponível em:
<http://www.riogrande4x4.com.br/attachments/767_Biblia_do_carro.PDF>.
1. PEIXOTO, N. H. Curso técnico em automação industrial: segurança do trabalho. 3. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. 128 p. Disponível em:
<<https://docente.ifsc.edu.br/felipe.camargo/MaterialDidatico/MECA%201%20-%20SEG.%20DO%20AMB.%20E%20DO%20TRAB./Material%20de%20apoio/Seguranca%20Trabalho%20-%202012.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. TILLMANN, C. A. da C. Motores de combustão interna e seus sistemas. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013. 165 p. Disponível em:
<http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifsul/tecnico_biocombustivel/motores_combustao_interna_e_seus_sistemas.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FUNÇÃO - MOTORISTA

- ❖ Direção defensiva.
- ❖ Direção Econômica.
- ❖ Legislação e sinalização de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (todo o teor).
- ❖ Sinalização de trânsito.
- ❖ Manutenção, lubrificação e conservação do veículo: eletricidade de autos, sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos: leitura de painel, nível de óleo, água, condições de freio e pneus.
- ❖ Noções de mecânica básica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos. Instrumentos e ferramentas.
- ❖ Diagnóstico de falhas de funcionamento dos equipamentos.
- ❖ Primeiros socorros.

REFERÊNCIAS

3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE TRÁFEGO – ABRAMET. Noções de Primeiros Socorros no Trânsito. São Paulo: ABRAMET, 2005. Disponível em:
<<http://adcon.rn.gov.br/acervo/detran/doc/DOC000000000085902.PDF>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
4. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

5. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de regulamentação. Volume I. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em:
<http://www.denatran.gov.br/images/Educacao/Publicacoes/MANUAL_VOL_I.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de advertência. Volume II. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em:
<http://www.denatran.gov.br/images/Educacao/Publicacoes/MANUAL_SINALIZACAO_VOL_II.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
7. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de indicação. Volume III. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em:
<http://www.denatran.gov.br/images/Educacao/Publicacoes/Sinalizacao_Vertical_Indicacao_Vol_III_final.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
8. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização horizontal. Volume IV. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em:
<http://www.denatran.gov.br/images/Educacao/Publicacoes/Manual_Horizontal_com_capa.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
9. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização semafórica. Volume V. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em:
<<http://www.denatran.gov.br/index.php/educacao/109-educacao/publicacoes/449-publicacoes>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
10. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN-DF. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Manual do Condutor para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação. Brasília: DETRAN-DF, 2005. Disponível em:
<<http://livros01.livrosgratis.com.br/dt000004.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
11. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO – DETRAN-PE. Direção defensiva e prevenção de acidentes. Disponível em:
<http://www.detran.pe.gov.br/download/cartilha/Cartilha_DETRAN_Direcao_Defensiva.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.
12. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005. Disponível em:
<http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran_manual_de_direcao_defensiva_maio_2005>. Acesso em: 26 abr. 2017.
13. PEIXOTO, N. H. Curso técnico em automação industrial: segurança do trabalho. 3. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. Disponível em: <<https://docente.ifsc.edu.br/felipe.camargo/MaterialDidatico/MECA%201%20-%20SEG.%20DO%20AMB.%20E%20DO%20TRAB./Material%20de%20apoio/Seguranca%20Trabalho%20-%202012.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
14. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Manual de Uso e Conservação de Veículos. Disponível em:
<<http://www.gestaodoservidor.ce.gov.br/site/images/stories/manuais/bt21.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

FUNÇÃO - TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- ❖ Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho na empresa.
- ❖ Órgãos e instituições relacionadas à segurança e saúde do trabalhador. Programas obrigatórios para as empresas.

- ❖ Higiene do Trabalho.
- ❖ Riscos ambientais.
- ❖ Avaliação e controle de agentes ambientais.
- ❖ Insalubridade.
- ❖ Riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos.
- ❖ Condições ambientais de trabalho.
- ❖ Ruído, temperatura, velocidade e umidade relativa do ar, e iluminação no posto de trabalho.
- ❖ Equipamentos, parâmetros e procedimentos de mensuração.
- ❖ Tecnologia e prevenção no combate a sinistro.
- ❖ Propriedade físico-química do fogo.
- ❖ O incêndio e suas causas.
- ❖ Classes de incêndio.
- ❖ Métodos de extinção.
- ❖ Agentes e aparelhos extintores.
- ❖ Extintores de incêndio.
- ❖ Sistemas de prevenção e combate a incêndios.
- ❖ Brigadas de incêndio.
- ❖ Planos e brigadas de emergência.
- ❖ Segurança do Trabalho: Legislação e normatização.
- ❖ Acidentes de trabalho.
- ❖ Conceito técnico e legal.
- ❖ Riscos e causas de acidentes do trabalho.
- ❖ Análise de acidentes.
- ❖ Comunicação e registro de acidentes de trabalho.
- ❖ Definições de atos e condições ambientes de insegurança.
- ❖ Investigação das causas de acidentes.
- ❖ Estatísticas de acidentes.
- ❖ Prevenção de acidentes de trabalho.
- ❖ Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- ❖ Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- ❖ Inspeção de segurança.
- ❖ CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Campanhas de prevenção e SIPATs.
- ❖ Elaboração do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- ❖ Estudo de riscos.
- ❖ Mapeamento de riscos.
- ❖ Análise de riscos.
- ❖ Programa de prevenção e controle de perdas em empresas.
- ❖ Controle de perdas e perícias trabalhistas.
- ❖ Responsabilidade civil e criminal.
- ❖ Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.
- ❖ Medicina do Trabalho na empresa.
- ❖ Fisiologia humana.
- ❖ Toxicologia.
- ❖ Doenças profissionais e doenças relacionadas com o trabalho.
- ❖ Agentes causadores de doenças – físicos, biológicos, químicos e ergonômicos. Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
- ❖ Ergonomia. Princípios da Ergonomia. A aplicabilidade da Ergonomia. Ergonomia e prevenção de acidentes. Atividades musculares. Posturas e movimentos. Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais.

- ❖ Proteção ambiental. Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem.
- ❖ Estatística aplicada à Saúde do trabalhador.
- ❖ Qualidade e Excelência no Gerenciamento dos Serviços de Medicina e Segurança do trabalho.
- ❖ Administração e legislação aplicada à segurança e saúde do trabalhador, em especial: Constituição Federal (1988): Título II, Capítulo II “Dos Direitos Sociais”, Artigo 7º. Constituição Federal (1988): Título VIII, Capítulo II “Da Seguridade Social”, Artigos 196 e 200. CLT (Consolidação das Leis do Trabalho): Título II, Capítulo V “Da Segurança e Medicina do Trabalho”, Artigos 154 a 223. Convenções da OIT (Organização Internacional do trabalho): nº 155, 162, 167 e 170.
- ❖ Portaria 3214/78: Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego): NRs 1 a 12, 15 a 18, 20ª 21, 23 a 28, 32 e 35.
- ❖ Manual de Aplicação da NR17.
- ❖ Legislação Previdenciária: Leis 8.213/91 e Decreto N. 3.048, de 06/05/99. NTEP e SAT.
- ❖ Norma Operacional de Saúde do Trabalhador (NOST): Portaria MS nº 3.908, de 30/10/98 e.
- ❖ Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS: Portaria MS nº 3.120, de 01/07/98.
- ❖ Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 1º jun. 2017.
2. BRASIL. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. BRASIL. Portaria nº 3.120, de 1º de julho de 1998. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria_3.120_12092014.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.908, de 30 de outubro de 1998. Estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3908_30_10_1998.html>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 1º jun. 2017.
7. BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Constituição da República Federativa do Brasil. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara BRASÍLIA. 51. ed. Brasília: CN, 2017. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/direito-e-justica/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-livro-923.html>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
8. CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Ministério do Trabalho e Emprego. Edição e Distribuição Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). 62 p. Brasília, 2002.

9. LANZA, M. B. F. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais. 6. ed. São Paulo: Editora LTr., 2014.
10. MANUAL DE APLICAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA NR 17. 2. ed. Brasília: DF, 2002.
11. MANUAL NTEP E FAP. Nexo técnico epidemiológico previdenciário (NTEP) e suas implicações na composição do fator acidentário de prevenção (FAP). Brasília, 2011.

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E MÉDICO

LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Leitura e interpretação de texto.
- ❖ Sinônimos e antônimos.
- ❖ Concordâncias verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e regência nominal.
- ❖ Uso do sinal indicativo de crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Vocabulário, conotação e denotação, paráfrase e polissemia.
- ❖ Coesão e coerência textuais.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Paragrafação.

REFERÊNCIAS

1. ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N.; FADEL, T. Português: Contexto, Interlocução e Sentido. Volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2013.
2. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português Linguagens Volumes I, 2 e 3. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
3. CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
4. CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
5. EMEDIATO, W. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
6. FARACO, C. A. Português: Língua e Cultura. Volumes 1,2 e 3. Curitiba: Base Editorial, 2013.
7. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
8. KOCH, I. G. V. A Coesão textual. São Paulo: Contexto, 2000.
9. Manual da nova ortografia Editora Ática e Scipione. O que muda com o acordo ortográfico. Disponível em: www.gl.com.br.
10. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
11. NOGUEIRA, S. Ortografia. São Paulo: Rocco, 2009.

INFORMÁTICA

- ❖ Noções de Internet e intranet.

- ❖ Ferramentas de buscas.
- ❖ Utilizando software antivírus.
- ❖ E-mail, site, homepage, browsers ou navegadores;
- ❖ Prática de envio e recebimento de e-mails.
- ❖ Segurança para microcomputadores: tipos de ameaças.
- ❖ Técnicas e mecanismos de prevenção, detecção e remoção.
- ❖ Aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).
- ❖ Conceitos de Hardware e Software: conhecimentos básicos.
- ❖ Memória.
- ❖ Unidades de armazenamento.
- ❖ Dispositivos de entrada e saída.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

REFERÊNCIAS

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. SILVA, M. G. Informática – Terminologia – Microsoft Windows 8 – Internet – Segurança – Microsoft Word 2010 – Microsoft Excel 2010 – Microsoft PowerPoint 2010 – Microsoft Access 2010. São Paulo.
6. TORRES, G. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Novaterra, 2009.
7. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
8. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
9. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
10. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.
- ❖ Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- ❖ Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

- ❖ Estatística: Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos) e medidas de tendência central (média, modal e mediana).

REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. FILHO, E. A. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.
3. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.
4. GOLDSTEIN, L. J; LAY, C, D; SCHNEIDER, D. I.; ASMAR, N. H. Matemática aplicada, economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
5. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
6. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E MÉDICO

NORMAS DO SAMU

- ❖ Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Resolução SES nº 4.448 de 20 de agosto de 2014. Altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010, que aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria nº 3.125, de 07 de dezembro de 2006. Institui o Programa de Qualificação da Atenção Hospitalar de Urgência no Sistema Único de Saúde - Programa QualiSUS e define competências. Disponível em: <http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt3125_07_12_2006.html>. Acesso em: 27 maio 2017.
3. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
4. MINAS GERAIS. Resolução SES Nº 2.607, de 7 de dezembro de 2010. Aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=13246-resolucao-ses-n-2-603-de-7-de-dezembro-de-2010>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. MINAS GERAIS. Resolução SES nº 4.448 de 20 de agosto de 2014. Altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010, que aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais.

Disponível em:

<http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolu%C3%A7%C3%A3o_4448.pdf>.

Acesso em: 01 jun. 2017.

SAÚDE PÚBLICA

- ❖ Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Organização da Urgência e emergência.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.
4. MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FUNÇÃO - ENFERMEIRO

- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar e Hospitalar do Politraumatizado: identificação das prioridades terapêuticas. Epidemiologia do trauma. Histórias do trauma. Avaliação do coma.
- ❖ Fundamentos básicos: mediadores humorais, resposta celular e alterações metabólicas no trauma, hipovolemia e sepses. Considerações farmacológicas no choque.
- ❖ Choque hipovolêmico e ressuscitação hidroeletrólítica.
- ❖ Falência metabólica. Prevenção do trauma.
- ❖ Cinemática do trauma.
- ❖ Primeiro atendimento: ABCDE do trauma.
- ❖ Manejo das vias aéreas no paciente politraumatizado.
- ❖ Trauma torácico
- ❖ Trauma abdominal.
- ❖ Trauma crânio-encefálico.
- ❖ Trauma de coluna.
- ❖ Trauma musculoesquelético.
- ❖ Agentes físico-químicos e trauma.
- ❖ Trauma na criança.
- ❖ Trauma no idoso.
- ❖ Trauma com múltiplas vítimas: triagem e prioridade de atendimento e transporte. Gravidez e trauma.
- ❖ Trauma de face e pescoço.
- ❖ Trauma de pelve.

- ❖ Distúrbios metabólicos e Atendimento Pré-Hospitalar: diabete mellitus, distúrbios acidobásicos, doenças da tireoide.
- ❖ Doenças cardiovasculares e Atendimento Pré-Hospitalar: sintomas mais comuns, insuficiência cardíaca, arritmias, cardiopatia isquêmica, hipertensão arterial sistêmica.
- ❖ Doenças neurológicas e Atendimento Pré-Hospitalar: acidente vascular cerebral, meningoencefalite, demência, coma - Escala de Glasgow.
- ❖ Doenças psiquiátricas e Atendimento Pré-Hospitalar: depressão, ansiedade, dependências químicas.
- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar Fixo: as urgências e emergências e a atenção primária à saúde e o Programa de Saúde da Família; unidades não hospitalares de atendimento às urgências e emergências.
- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar Móvel: definições e regulamentação atual.
- ❖ Definição dos veículos de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- ❖ Eletrocardiograma e Arritmias cardíacas.
- ❖ Código de Ética dos profissionais de Enfermagem.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico (PSBV) 2014.
- ❖ Protocolo de Suporte Avançado (PSAV) 2014.
- ❖ PHTLS Básico e Avançado.

REFERÊNCIAS

1. AHA (*American Heart Association*) - Guidelines PCR 2015 – Destaque das diretrizes da *American Heart Association* 2015 para RCP (Reanimação Cardiopulmonar).
1. BRASIL. Portaria MS/GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em 30 ago. 2016.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo SAMU 192. Protocolo de Suporte Básico e Avançado de Vida. Brasília. Agosto/2014. Revisado set. 2016. Disponível em: <<http://www.samu.fortaleza.ce.gov.br/index.php/repositorio-institucional/download/13-guias-e-manuais-tecnicos/87-protocolos-de-intervencao-sbv>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM– COFEN. Resolução nº 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.
5. DUBIN, D. B., LINDNER, U. K. Interpretação fácil do ECG. 6. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.
6. MELO, M. C. *et al.* Urgência e Emergência Pré-Hospitalar. Belo Horizonte: Folium, 2009.
7. MINAS GERAIS. Resolução SES nº 2.607, de 7 de dezembro de 2010. Aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolucao_%202607.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.
8. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

9. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Medical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
10. RESOLUÇÃO COFEN Nº 375/2011: Dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-hospitalar e Inter-hospitalar, em situação de risco conhecido ou desconhecido.
11. SMELTZER, Suzanne C. *et al.* Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 10. ed. 4v. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FUNÇÃO - FARMACÊUTICO

- ❖ Código de ética da profissão farmacêutica.
- ❖ Seleção e padronização de medicamentos e correlatos.
- ❖ Sistemas de dispensação de medicamentos.
- ❖ Farmácia hospitalar e controle de infecções hospitalares.
- ❖ Cálculos farmacêuticos.
- ❖ Farmacoterapia da dor e da inflamação.
- ❖ Farmacoterapia do sistema respiratório.
- ❖ Farmacoterapia do sistema digestivo.
- ❖ Farmacoterapia dos processos infecciosos.
- ❖ Farmacoterapia das doenças cardiovasculares.
- ❖ Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo, central e periférico.
- ❖ Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
- ❖ Interações medicamentosas.
- ❖ Farmacocinética clínica.
- ❖ Farmacovigilância.
- ❖ Farmácia clínica e atenção farmacêutica.
- ❖ Assistência Farmacêutica em Unidades de Terapia Intensiva.
- ❖ Comissões multidisciplinares.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
12. BRASIL. RDC nº 7, 24 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-7-de-24-de-fevereiro-de-2010>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
13. BRASIL. Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html>. Acesso em: 1º jun. 2017.
14. BRASIL. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Ementa: Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
15. BRASIL. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Ementa: Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
2. FUCHS, F. D.; WANMACHER, L. Farmacologia Clínica: fundamentos da Terapêutica Racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

3. GOMES M. J. V. M.; REIS A. M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. Editora Atheneu, 2006.
4. SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica, 2013.
5. STORPIRTIS, S. *et al.* Ciências Farmacêuticas. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FUNÇÃO - MÉDICO

- ❖ Legislação do Exercício Profissional e Ética Médica.
- ❖ Técnicas relacionadas à Regulação Médica: Estrutura e funcionamento das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
- ❖ Emergências relacionadas ao paciente grave: Diretrizes de 2015 da *American Heart Association* (AHA) para Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e Atendimento Cardiovascular de Emergência (ACE); Tipos de Choque; Suporte hemodinâmico; Reposição volêmica; Drogas vasoativas; Analgesia e sedação para procedimentos; Insuficiência respiratória aguda e intubação orotraqueal, síndrome do desconforto respiratório agudo, Crises de asma, exacerbação da doença pulmonar obstrutiva crônica, tromboembolia pulmonar; Doenças cardiovasculares, urgências cardiológicas; infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca; arritmias; cardiopatia isquêmica, bradiarritmias, taquicardias, hipotensão, sepse, insuficiência cardíaca congestiva, anafilaxia, pressão intracraniana, coma, insuficiência renal aguda, Ventilação mecânica; Cateterização venosa central; Dissecção venosa; Oxigenioterapia; Síncope, vertigem e tontura; Crise epiléptica; Cetoacidose diabética; Hipoglicemia e hiperglicemia; Hipertensão Arterial, Cefaleia; Hemoptise; hipotermia, hipertermia, afogamento, cardioversão elétrica, distúrbios do equilíbrio acidobásico, acidente vascular cerebral; Intoxicações exógenas agudas; Emergências Clínicas; Suporte Básico de Vida; Suporte Avançado de Vida.
- ❖ Emergências relacionadas ao trauma: traumatismos não-intencionais; trauma com múltiplas vítimas; triagem, prioridade de atendimento e transporte; primeiro atendimento: ABCDE do trauma; avaliação do coma; cinemática do trauma; manejo das vias aéreas e ventilação no paciente politraumatizado; Ressuscitação hidroeletrólítica; Traumas: torácico, abdominal, cranioencefálico, vertebromedular, músculo-esquelético, de face e pescoço, da pelve; partes moles, genitourinário, anorretal, vascular, fraturas expostas, fraturas de coluna, de membros, trauma na gravidez, pediátrico e no idoso; Lesões provocadas por queimaduras e frio.
- ❖ Emergências relacionadas a pediatria: acidentes; asma aguda; insuficiências respiratórias, distúrbios hidroeletrólíticos e acidobásicos; meningites; crises convulsivas; dor abdominal aguda; parada cardiorrespiratória.
- ❖ Emergências psiquiátricas: transtornos psicóticos, agitação psicomotora, tentativa de suicídio; surtos; Abuso de álcool, opioides, cocaína e derivados, drogas sintéticas; Síndrome de abstinência.
- ❖ Emergências obstétricas e ginecológicas: doença hipertensiva da gravidez; parto de emergência, abortos; pós-parto, infecções, sangramento de origem ginecológica.
- ❖ Emergências cirúrgicas não relacionadas a trauma: disfagia e corpo estranho, hemorragias digestivas; Trombose venosa profunda;
- ❖ Injúrias ambientais: queimaduras, acidentes ofídicos, picadas de insetos, aranhas e escorpiões, acidentes provocados por animais aquáticos, peçonhentos e traumatizantes. Conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual - EPIs; reconhecer o uso de equipamentos de segurança e higiene do trabalho.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico (PSBV) 2016
- ❖ Protocolo de Suporte Avançado (PSAV) 2016

❖ PHTLS Básico e Avançado

REFERÊNCIAS

2. AHA (*American Heart Association*) - Guidelines PCR 2015 – Destaque das diretrizes da *American Heart Association* 2015 para RCP & ECC. Disponível em: <<https://eccguidelines.heart.org>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. ATLS - ADVANCED TRAUMA LIFE SUPPORT. Student Course Manual American College of Surgeons. 9. ed. Copyright, 2012.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências / Ministério da Saúde. 3. ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 85-334-1166-9 1. Serviços médicos de emergência. 2. Legislação de saúde. I. Título. II. Série. Disponível em: <www.saude.gov.br/Samu>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Regulação médica das urgências / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 126 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 85-334-1062-X 1. Medicina de emergência. 2. Socorro de urgência. 3. SUS. I. Título. II. Série. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2017.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo SAMU 192. Protocolo de Suporte Básico e Avançado de Vida. Brasília. Agosto/2014. Revisado set. 2016. <http://www.samu.fortaleza.ce.gov.br/index.php/repositorio-institucional/download/13-guias-e-manuais-tecnicos/87-protocolos-de-intervencao-sbv>. Acesso em: 01 jun. 2017.
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso 26 abr. 2017.
8. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
9. BRASIL. Portaria nº 2.657/GM/MS, de 16 de novembro de 2004, que estabelece as atribuições das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
10. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM. Código de ética médica. Resolução CFM nº 1931, de 17 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2009/1931_2009.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
11. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Medical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
12. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CONTEÚDO GERAL PARA CARGOS ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, CONTADOR, ESTATÍSTICO E PSICÓLOGO

LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Leitura e interpretação de texto.
- ❖ Emprego das classes de palavras.
- ❖ Sinônimos e antônimos.
- ❖ Concordâncias verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e regência nominal.
- ❖ Uso do sinal indicativo de crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período.
- ❖ Coordenação e subordinação.
- ❖ Vocabulário, conotação e denotação, paráfrase e polissemia.
- ❖ Coesão e coerência textuais.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Paragrafação.
- ❖ Gêneros e tipos textuais.

REFERÊNCIAS

1. ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N.; FADEL, T. Português: Contexto, Interlocução e Sentido. Volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2013.
2. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português Linguagens. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
4. CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
5. EMEDIATO, W. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
6. FARACO, C. A. Português: Língua e Cultura. Volumes 1, 2 e 3. Curitiba: Base Editorial, 2013.
7. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
8. KOCH, I. G. V. A Coesão textual. São Paulo: Contexto, 2000.
9. Manual da nova ortografia Editora Ática e Scipione. O que muda com o acordo ortográfico.
10. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
11. NOGUEIRA, S. Ortografia. São Paulo: Rocco, 2009.

NORMAS DO SAMU

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ❖ Organização e Estrutura do Estado, Governo e Administração.
- ❖ Conceito: Estado, Governo e Administração Pública.
- ❖ O Estado de Bem-Estar Social.
- ❖ Características da Administração Pública.
- ❖ Princípios aplicáveis a Administração Pública.
- ❖ Organização da Administração Pública Brasileira.
- ❖ Transparência e a Lei de Acesso à Informação.
- ❖ Qualidade na Administração Pública.
- ❖ Excelência nos Serviços Públicos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Constituição Federal/1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.
3. CRETELLA JR., J. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
4. GRANJEIRO, J. W. Administração Pública. Brasília: VESTCON, 2003.
5. LIMA, P. D. B. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
6. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
7. SOUZA, H. M. *et al.* Critérios de Excelência em Modelos de Gestão de Qualidade em serviços públicos: Uma análise comparativa. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CONTEÚDO ESPECÍFICO PARA CARGOS ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, CONTADOR, ESTATÍSTICO E PSICÓLOGO

INFORMÁTICA

- ❖ Noções de Internet e intranet.
- ❖ Ferramentas de buscas.
- ❖ Utilizando software antivírus.

- ❖ E-mail, site, homepage, browsers ou navegadores;
- ❖ Prática de envio e recebimento de e-mails.
- ❖ Segurança para microcomputadores: tipos de ameaças.
- ❖ Técnicas e mecanismos de prevenção, detecção e remoção.
- ❖ Aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).
- ❖ Conceitos de Hardware e Software: conhecimentos básicos.
- ❖ Memória.
- ❖ Unidades de armazenamento.
- ❖ Dispositivos de entrada e saída.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

REFERÊNCIAS

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. SILVA, M. G. Informática – Terminologia – Microsoft Windows 8 – Internet – Segurança – Microsoft Word 2010 – Microsoft Excel 2010 – Microsoft PowerPoint 2010 – Microsoft Access 2010. São Paulo
6. TORRES, G. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Novaterra. 2009
7. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
8. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
9. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
10. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.
- ❖ Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- ❖ Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

- ❖ Estatística: Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos) e medidas de tendência central (média, modal e mediana).

REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. FILHO, E. A.; Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.
3. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.
4. GOLDSTEIN, L. J. *et al.* Matemática aplicada, economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
5. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9ª. ed. 2013.
6. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.

FUNÇÃO - ANALISTA ADMINISTRATIVO

- ❖ Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização
- ❖ Assertividade nas relações interpessoais.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.
- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.
- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Liderança em organizações
- ❖ Tomada de decisão.
- ❖ Teorias de Gestão Estratégica.
- ❖ Ferramentas Básicas da Gestão da qualidade
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Análise do ambiente externo da organização: ameaças e oportunidades
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento, recrutamento de seleção, sistemas de avaliação de desempenho.
- ❖ Planejamento estratégico – Balanced Scorecard
- ❖ Planejamento estratégico situacional.
- ❖ Métricas e gestão de indicadores.
- ❖ Administração de Pessoal.
- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais

- ❖ Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Processo Licitatório.
- ❖ Almoxarifado e gestão de estoque.
- ❖ Noções de finanças e contabilidade.

REFERÊNCIAS

1. ALBERT, R. E., EMMONS, M. L. Comportamento Assertivo: um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
2. BERGAMINI, C. W. Liderança: administração do sentido. São Paulo: Atlas, 1994.
3. BOHLANDER, G. W.; SNELL, S.; SHERMAN, A. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
4. BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
7. DAFT, R. L. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Pioneira, 2002.
8. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
9. GOLD, Miriam. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
10. HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. Contabilidade Pública. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/04-contabilidade%20p%20Fablica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
11. KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Mapas Estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
12. MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre. Bookman, 2000.
13. PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
14. PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
15. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.
16. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
17. WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração Estratégica. Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<https://comexitape.files.wordpress.com/2013/02/wright-administrac3a7c3a3o-estratc3a9gica-01-introduc3a7c3a3o-c3a0-administrac3a7c3a3o-estratc3a9gica.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

FUNÇÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- ❖ Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização.
- ❖ Assertividade nas relações interpessoais.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.
- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.

- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Tomada de decisão.
- ❖ Teorias de Gestão Estratégica
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos.
- ❖ Administração de Pessoal.
- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais
- ❖ Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Processo Licitatório
- ❖ Almoxarifado e gestão de estoques.
- ❖ Noções de finanças e contabilidade.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento, recrutamento de seleção, sistemas de avaliação de desempenho

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. ALBERT, R. E., EMMONS, M. L. Comportamento Assertivo: um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
3. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. BOHLANDER, G. W.; SNELL, S.; SHERMAN, A. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
5. BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 2004.
6. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
7. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
8. GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
9. HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. Contabilidade Pública. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/04-

contabilidade%20p%20FABlica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.

10. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.
11. PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
12. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FUNÇÃO - CONTADOR

- ❖ Noções de Contabilidade Geral.
- ❖ Despesas e receitas públicas.
- ❖ Prestação de contas no setor público.
- ❖ Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- ❖ Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).
- ❖ Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de Demonstrativos Fiscais (MCASP e MDF).
- ❖ Plano Plurianual (PPA).
- ❖ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- ❖ Lei do Orçamento Anual (LOA).
- ❖ Lei nº 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).
- ❖ Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional).
- ❖ Lei nº 6.404/76 (Sociedades por Ações).
- ❖ Lei nº 9.430/96 (Legislação Tributária Federal).
- ❖ Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)
- ❖ Lei nº 10.406/02 (Código Civil).
- ❖ Lei complementar nº 123/06.
- ❖ Lei complementar nº 116/03.
- ❖ Orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário.
- ❖ Créditos adicionais: conceito e classificação.
- ❖ Sistema de contas: conceito e classificação; demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais; SIAFI (Sistema integrado de administração financeira), contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: despesas e receitas segundo as categorias econômicas.
- ❖ Auditoria: Aspectos gerais - princípios e normas.
- ❖ O controle no setor público. Controle interno e controle externo: o exercício do controle na gestão pública: regulamentação legal.
- ❖ Ética profissional.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, N. de A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. São Paulo: Atlas, 2013.
2. ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Fundamentos de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2010.
3. BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2014.
4. BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

5. BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
6. BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
7. BRASIL. Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
8. BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
9. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
10. BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
11. BRASIL. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.
12. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.
13. IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. FIPECAFI, São Paulo: Atlas, 2010.
14. MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
15. MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
16. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 30 maio 2017.
17. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/pcasp>. Acesso em: 30 maio 2017.
18. OLIVEIRA, L. M. de. Manual de contabilidade tributária. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
19. ROSA, M. B. Contabilidade do Setor Público. 2. ed. Atlas, 2013.
20. SILVA, V. L. da. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FUNÇÃO - ESTATÍSTICO

- ❖ Amostragem aleatória, estratificada, sistemática e de conglomerados em um ou mais estágios. Estratificação de conglomerados e esquemas amostrais correspondentes. Amostragem com probabilidades diferenciadas de seleção.
- ❖ Regressão linear simples e múltipla. Seleção de variáveis e construção de modelos. Multicolinearidade. Validação de modelo.
- ❖ Intervalos de Confiança, Testes de Hipóteses paramétricos e não paramétricos. Tabelas de contingência.
- ❖ Coeficientes de correlação paramétricos e não paramétricos.
- ❖ Distribuição Normal Multivariada.
- ❖ Distribuição e propriedade dos Estimadores. Estimação Intervalar Paramétrica. Teste da razão de verossimilhança. Poder do teste. Erros tipo I e tipo II.
- ❖ Esperança e variância de variável aleatória. Distribuições estatísticas: Normal, Binomial, Poisson, Weibull, Qui-Quadrado, t, F, Uniforme, Hipergeométrica, Exponencial e Gamma.
- ❖ Experimentos com um ou mais fatores: efeitos fixos, aleatórios e mistos. Planejamentos em blocos aleatorizados, quadrados latinos, planejamento fatorial e hierárquicos. Análise de Covariância e Medidas repetidas.
- ❖ Teoremas de Bayes. Independência de Eventos. Função de Distribuição Acumulada. Desigualdades de Tchebychev, Markov e Jensen. Distribuições Conjuntas Marginais e Condicionais. Momentos Condicionais. Correlação. Teoremas de Convergência
- ❖ Técnicas de Controle Estatística de Processos (CEP) para processos univariados e multivariados. Experimentos planejados para melhoria de processos. Análise de Capacidade e estabilidade dos processos.
- ❖ Regressão logística para dados de resposta binária (simples e múltipla). Análise de sobrevivência: conceitos básicos, método de Kaplan-Meier, teste do logrank, modelo de riscos proporcionais (modelo de Cox).
- ❖ Demografia; bioestatística; cálculo de coeficientes estatísticos; ajustamento de dados e censos; levantamentos e trabalhos estatísticos.

REFERÊNCIAS

1. BOLFARINE, H., SANDOVAL, M.C. Introdução à Inferência Estatística. Coleção Matemática Aplicada. Sociedade Brasileira de Matemática, 2001.
2. BOLFARINE, H. BUSSAB, W. Elementos de Amostragem. São Paulo: Editora Edgard Bluncher, 2005.
3. BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. São Paulo, Saraiva, 2004
4. CARPINETTI, L. C. R. Planejamento e Análise de Experimentos. Gráfica EESC/USP, 2000.
5. CASELLA G.; BERGER, R. L. Inferência Estatística. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
6. CONOVER, W. J. Practical Nonparametric Statistics. New York: John Wiley & Sons, 1998
7. DRAPER, N. R.; SMITH, H., Applied Regression Analysis. 2. ed. New York: John Wiley, 1998.
8. HAIR, JR., J. F. *et al.* Análise Multivariada de Dados. São Paulo: Bookman, 2005.
9. JAMES, B. R. Probabilidade: um curso em nível intermediário. 2. ed. 2002
10. KUTNER, M. H.; NETER, J.; WASSERMAN, W. Applied Linear Statistical Models, Regression, Analysis of Variance and Experimental Designs. 3. ed. Homewood: Richard D. Irwin, Inc., 1990.
11. MINGOTI, S. A. Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada; Belo Horizonte: UFMG, 2005.
12. MONTGOMERY, D. C. Introdução ao Controle Estatístico de Qualidade. 4. ed. (traduzida). LTC / Wiley, 2004.

13. MONTGOMERY, D. C. Design and Analysis of Experiments. 5. ed. New York: John Wiley & Sons, 2005.
14. MONTGOMERY, D. C.; PECK, Elizabeth A.; VINING, G. Geoffrey. Introduction to linear regression analysis. 5th ed. Hoboken, N.J.: Wiley, 2012.
15. NETER, J. Applied linear statistical models. 4th ed. Chicago: Irwin, c1996.
16. PAGANO, M.; GAUVREAU, K. Princípios de Bioestatística. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.
17. PRESTON, S. H.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M.; Demography: Measuring and Modeling Population Process. Blackwell Publisher Ltd, 2000.
18. ROSS, S A. First Course in Probability. 7. ed. New York: McMillan Publishing Company, 2006.
19. ROSS, S. Probabilidade: um curso moderno com aplicações. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2010.
20. SIEGEL, S.; CASTELLAN, JR., N. J. Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. São Paulo: Bookman (Artmed), 2006.
21. SPRENT, P., SMEETON, N.C. Applied Nonparametric Statistical Methods. New York: Chapman Hall, 2001.
22. THOMPSON, S. K. Sampling. New York: John Wiley & Sons, 1992.
23. TRIOLA, M. F. Introdução a Estatística. 9. ed. Ed. LTC, 2005.

FUNÇÃO - PSICÓLOGO

- ❖ Os diferentes métodos de observação do comportamento humano.
- ❖ O conceito de saúde como fenômeno multideterminado.
- ❖ Modalidades de intervenção em Psicologia da Saúde.
- ❖ Perspectivas em Psicologia da Saúde.
- ❖ Comportamentos relacionados à Saúde.
- ❖ O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional em saúde; Influências sociais e ambientais sobre a saúde.
- ❖ Código de ética do psicólogo.
- ❖ Psicologia e gestão de pessoas em organizações.
- ❖ Psicologia Social.
- ❖ Processo grupal.
- ❖ Psicologia e Teorias da Personalidade.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L.(Orgs.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p.35-50.
2. AZEVEDO, M. A. Recrutamento e seleção: orientação para a saúde mental. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47-60, 1994.
3. BASTOS, A. V. B. A Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Alínea, 2005, p. 135-204.
4. BORGES-ANDRADE, J. E.; PAGOTTO, C. do P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do trabalho e organizacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.26, n. especial, 2010. p. 37-50,
5. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de ética profissional do Psicólogo. Brasília: CFP. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/arquivos/334.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

7. DAVEL, E.; VERGARA, S. C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVE, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2008. p. 31-56.
8. FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 11-34.
9. HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Orgs.). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 107-130.
10. ISMAEL, S. M. C. A prática psicológica e sua interface com as doenças. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
11. JACQUES, M. da G. “Doença dos nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs.). Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 98-111.
12. MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. *Psicol. Soc.*, v.19, n.spe 2, p.76-80, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
13. ROMANO, B. W. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
14. ZANELLI, J. C.; SILVA, N. Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.